

BRASSAN - BRASIL E ANGOLA COMPARTILHANDO ESTRATÉGIAS DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL*

BRAZIL AND ANGOLA SHARING SOVEREIGNTY AND FOOD SECURITY STRATEGIES AND NUTRITION

Islandia Bezerra¹
Mônica de Caldas Rosa dos Anjos²
Osvaldo Heller da Silva³
José Maria Katiavala⁴
Joaquim Moraes⁵
Antonio Joaquim de Assis Zeferino Calundungo⁶
Garcia Neves Quitari⁷

Resumo

"Experiências vividas, construídas e compartilhadas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: o papel das compras públicas no Brasil e em Angola", de acrônimo BRASSAN, expressa o entendimento que o tema da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) se configura como sendo atual – pelo enfoque social, político e econômico ao qual está vinculado - e necessário, sobretudo, considerando as ciências capazes de garantir uma análise complexa e completa sobre esta abordagem. Neste sentido, a compreensão da SSAN ultrapassa os limites da ação e se apresenta como um campo fértil para refletir e problematizar diferentes dimensões. A partir da Chamada MCTI/Ação Transversal /CNPq N° 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA - se vislumbrou compartilhar experiências entre Brasil e Angola, mais especificamente em um universo empírico delimitado no Brasil, no estado do Paraná e, em Angola na província de Huambo. Este artigo, portanto, traz alguns elementos sobre como os projetos de cooperação internacional - que versam sobre o tema da SSAN - é capaz de viabilizar trocas, não apenas no âmbito acadêmico, mas principalmente, no cenário social assumindo assim a condição de ativista de uma causa maior: por um mundo sem fome e com condições de vida socialmente éticas e justas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Política Nutricional; Relações Comunidade-Instituição.

Artigo Científico: Recebido em 05/12/2015 – Aprovado em 20/12/2015

¹ Nutricionista. Doutora em Ciência Sociais/UFRN. Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional/UACH México. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN - UFPR. E-mail: islandia.ufpr@gmail.com (autor correspondente)

² Nutricionista. Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/UFPR. E-mail: monica.anjos@ufpr.br

³ Sociólogo. Doutor em Sociologia. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais/UFPR. E-mail: osvaldohsilsa@gmail.com

⁴ Sociólogo. Mestre em Sociologia. Universidade José Eduardo/ Angola. E-mail: imkatiavala@gmail.com

⁵ Médico Veterinário. Universidade José Eduardo/ Angola. E-mail: joaquinmm@yahoo.com.br

⁶ Sociólogo. Doutor em Desenvolvimento Rural/PGDR-UFRGS

⁷ Sociólogo. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/UFFluminense. Universidade Agostinho Neto/ Angola E-mail: garcianeves@gmail.com

* Projeto de pesquisa e extensão em andamento financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Abstract

"Lived experiences, built and shared on Sovereignty and Food and Nutrition Security: the role of public procurement in Brazil and Angola," the acronym BRASSAN expressed the understanding that the issue of Sovereignty and Food and Nutritional Security (SSFN) is configured as being present - the social focus, political and economic which is linked - and necessary, especially considering the sciences capable of ensuring a complex and thorough analysis on this approach. In this sense, understanding the SSFN exceeds the limits of action and presents itself as a fertile field to reflect and discuss different dimensions. From the MCTI Call / Cross Action / CNPq No 82/2013 - Food and Nutrition Security in the framework of UNASUR and Africa - is glimpsed share experiences between Brazil and Angola, more specifically in an empirical universe delimited in Brazil, in the state of Paraná and in Angola in Huambo province. This article therefore brings some elements about how international cooperation projects - that deal with the theme of SSFN - is able to facilitate exchanges not only in academia, but mainly on the social scene thus taking the activist condition of a greater cause: for a world without hunger and socially ethical and fair living conditions.

Keywords: Human Rights; Nutrition Policy; Community-Institutional Relations.

1 Introdução

O projeto, sob o título *"Experiências vividas, construídas e compartilhadas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: o papel das compras públicas no Brasil e em Angola"*, vem se consolidando como uma oportunidade - no âmbito da Cúpula América do Sul-África (ASA) – para identificar experiências e a partir destas, construir e compartilhar conhecimentos. Interessa-nos, portanto promover a integração entre as pesquisas e projetos de extensão, considerando como cenários Brasil (na América do Sul) e Angola (na África) de modo a garantir e estimular a produção do conhecimento, considerando, sobretudo, a promoção do desenvolvimento e da inclusão social sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) pautada no princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Este projeto apresentou como objetivo principal: *Constituir e/ou fortalecer parcerias e processos colaborativos entre pesquisadores/pesquisadoras do Brasil e Angola visando analisar e acompanhar o processo de "apropriação" das políticas de SSAN como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no Brasil e o Programa de Aquisição dos Produtos do Agricultor/PAPAGRO em Angola.* Para tanto, tem-se buscado analisar a diversidade de temas e ações sob o ângulo da constituição das dinâmicas que ocorrem e que, por sua vez, se expressam em resultados de maior ou menor dinamismo sejam nas atividades econômicas – por exemplo, a comercialização de alimentos da agricultura familiar e camponesa a partir das compras institucionais como o PAA (no Brasil) e PPAGRO (em Angola). Em todo o projeto permeia uma linha que “costura” as questões que são demandadas em torno do tema da SSAN, com ênfase

na execução e operacionalização destes programas de compras públicas de alimentos.

Ao tomar por base o conceito de *Soberania Alimentar* proposto pela Via Campesina no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em 2001, atribui-se significativa relevância a este tema, já que o mesmo vem sendo pautado na agenda pública de muitos países. No Brasil, apreende-se por Soberania alimentar que [...] *diz respeito ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos* (BRASIL, 2009a). Ainda segundo este documento brasileiro, a referência de soberania alimentar vem sendo utilizada na promoção de modelos sustentáveis que promovam a produção de base familiar, na aproximação da produção e do consumo de alimentos e na valorização da diversidade de hábitos alimentares.

Já sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), leva-se em conta a trajetória imbuída no seu processo construção coletiva que tomando como base a concepção da FAO o Brasil adota a seguinte definição [...] *a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região* (BRASIL, 2006).

A execução do projeto - sob distintas perspectivas, sejam estas de pesquisa e/ou de extensão - conta com uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento, fato que o concebe como sendo tanto quanto

complexo, como instigante. Desse modo, é fundamental destacar que essa heterogeneidade de pensamentos, concepções e formações tem atribuído à equipe integrações diversas, ainda que pese, obviamente a dimensão oceânica que a separa, literalmente, entre os continentes da América e da África.

As atividades que vem sendo desenvolvidas congregam análises das experiências e práticas em torno das políticas públicas de aquisição de alimentos. Ressalta-se ainda que o mesmo possui registro no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Setor de Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob o número do protocolo CAAE: 42781915.9.0000.0102.

2 Políticas Públicas (e/ou outras estratégias de SSAN) no Brasil e em Angola

As políticas públicas, programas de governo e/ou outras ações que abarcam as concepções da SSAN, possuem diferentes momentos no contexto histórico brasileiro, sobretudo, considerando a intensidade que as mesmas foram postas na agenda pública. Desse modo destaca-se que, recentemente, o Brasil inovou com a criação e a implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e este se consolida, mas não finda, a trajetória de luta de vários segmentos sociais que pautam a exigência pela SSAN no seu cotidiano (BRASIL, 2011).

É importante enfatizar que entre os eixos articuladores da PLANSAN se contempla o debate do desenvolvimento rural, mediante, por exemplo, a execução de outras políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Este último abarca a perspectiva do desenvolvimento rural quando, a partir de 2009, define que a compra de alimentos destinados ao abastecimento escolar seja adquirido diretamente da agricultura familiar e camponesa como enfatizaram Schneider; Shiki; Belik (2010).

Não se pode desconsiderar o fato que foi com o advento da Estratégia Fome Zero (EFZ) (lançada em 2013 sob o título de Programa Fome Zero - PFZ), que novas formas de aquisição de alimentos via compras institucionais foram emergindo, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O PAA foi instituído em 2003 e tem como finalidade a compra, pelo poder público,

de alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, e sua destinação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais e instituições governamentais ou não governamentais integrantes da rede socio-assistencial como: escolas, associações benfeitoras, associações comunitárias, creches, centro de convivência de idosos, associação de apoio a portadores de necessidades especiais, centro de reabilitação de dependentes químicos, ou por equipamentos públicos de alimentação e nutrição como: cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos (BEZERRA, 2010). No bojo do PFZ (a partir de 2015 denominada EFZ) e da recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o PAA aliou elementos da política agrícola e da política de segurança alimentar, apresentando um referencial de política pública orientado pelo enfoque da SAN, conforme cita Grisa (2012).

Lista-se ainda como uma iniciativa da mesma natureza o Programa PAA-África. Este trata de uma iniciativa conjunta para promover Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e geração de renda para agricultores e comunidades vulneráveis em países africanos. Inspirado pela experiência brasileira bem-sucedida, a parceria foi concebida para apoiar os esforços globais de erradicação da fome e da desnutrição, e representa uma oportunidade estratégica para cooperação horizontal com os países africanos a saber: Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal (PAA-África, 2013).

Segundo o documento elaborado pelo grupo de Expertos em Segurança Alimentar e Nutricional (sigla em inglês HLPE) grupo que pertence ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial sobre a *Proteção Social em favor da Segurança Alimentar* (2012), os programas/políticas públicas vem se constituindo como instrumentos eficazes para fazer frente às crises ao permitir a regularização do consumo especialmente, das famílias que se encontram nos lugares afetados por tais fenômenos, ainda que tal afirmação possua variação em diferentes países (HLPE, 2012). Os autores reforçam que tais ações públicas vem produzindo resultados positivos sendo consideradas estratégias importantes para criar ou conservar infraestruturas úteis ou ainda incrementar os rendimentos agrícolas (como por exemplo, projetos de irrigação e construção de

cisternas), possibilitando, desta forma, a geração de renda e incrementando a produção de alimentos locais melhorando, significativamente, a situação de SAN da população rural pobre.

O processo de compra institucional – como o PAA – passa a ter repercussões positivas já que culmina em mudanças significativas na relação entre quem produz e quem consome alimentos, servindo, inclusive para trazer elementos transformadores nos marcos legais do maior programa de suplementação alimentar em curso no Brasil desde os anos de 1950 - o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sobre esta assertiva, Maluf (2009) cita que nos últimos dez anos, além de ampliar o atendimento da alimentação escolar para o ensino médio e programas de alfabetização de jovens e adultos, o PNAE passou a estabelecer um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com a nova redação dada pela Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) “[...] deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009b).

Já em Angola as ações de estruturação do mercado institucional de compras de alimentos da agricultura familiar estão em fase de construção, apesar de terem sido implementadas algumas iniciativas no período que se seguiu à independência em 1975 até meados dos anos 90, altura em que o recrudescimento da guerra civil afetou grandemente a intervenção do Estado no meio rural. Neste cenário, a quase totalidade dos alimentos da agricultura familiar é absorvida pelo mercado informal, aliás, grande parte da população do país depende da economia informal em termos de ocupação e emprego e obtenção de bens e serviços.

Desde 2010, as autoridades governamentais, por meio do Ministério do Comércio, procuraram por em marcha duas iniciativas direcionadas para a compra dos alimentos da agricultura familiar, nomeadamente o Programa de Absorção da Produção Local e o Programa de Promoção do

Comércio Rural. Com efeito, estas iniciativas não tiveram os resultados desejados, na medida em que a sua concepção não se apoiou suficientemente nas lógicas e dinâmicas dos camponeses e agricultores familiares, os principais atores da economia agrária de Angola, sendo responsáveis por mais de 90% da produção agrícola nacional. Em setembro de 2013 (ANGOLA, 2013), o Ministério do Comércio anunciou o lançamento do Programa de Aquisição dos Produtos Agropecuários (PAPAGRO), a ser desenvolvido, inicialmente em seis províncias do país, uma das quais a do Huambo (BEZERRA; KATIAVALA, 2013).

Ainda que pese tais avanços em Angola, em termos de estratégias que versam sobre a SSAN - mais especificamente sobre a produção e o consumo de alimentos -, convém referenciar alguns aspectos históricos que em muito impactam esta realidade, como, por exemplo, o acesso à terra. Franke; Bezerra; Anjos (2015) ao fazerem um resgate sobre a trajetória camponesa neste País constataram que

"o imbróglio sobre o direito à terra teve sua primeira legislação aprovada em 1973, ainda no período colonial, onde os autóctones receberam a concessão de algumas terras. Com a independência, conseguiram recuperar territórios abandonados pelos portugueses, mas logo foram confiscados e nacionalizados pelo Estado, que em 92 aprovou sua primeira Lei de Terras de Angola - Lei nº. 21, 1992. Agricultores familiares foram estimulados a formar associações ou cooperativas e receberam a concessão por terras cadastradas e protegidas pela lei como "terras comunitárias" (FRANKE; BEZERRA; ANJOS, 2015, pg. 03).

Entretanto, para Santos e Zacarias (2010) "... a lei privilegiou fazendeiros e uma elite urbana, dando inicio à configuração latifundiária presente ainda hoje no País". Esta constatação demonstra que o País apresenta significativas limitações no que diz respeito à materialização da SSAN. Segundo o documento (HLPE, 2012), sobre as decisões políticas e, ainda, considerando as particularidades de cada país, tais ações (programas e políticas públicas) devem priorizar – apoiar e reconhecer – a importante função social, econômica e ecológica da agricultura familiar, denominada por este grupo de experts como a agricultura de pequena escala.

Estabelece também, algumas diretrizes que versam sobre a contribuição à SAN da agricultura em pequena escala que deve ser analisada sobre distintas dimensões como: a produção de alimentos (disponibilidade), que proporciona meios de subsistência e ingressos (acesso), como forma de diversificar a alimentação (dieta que inclui também a absorção de nutrientes, a qualidade da água e o saneamento) como forma de amortizar a volatilidade dos preços e as perturbações relativas aos mercados de outro tipo (estabilidade).

São verificados marcos políticos que visam o desenvolvimento rural, mas é só em 2014 que o governo aprova a Estratégia Nacional de Comércio Rural e Empreendedorismo, com seu plano de ação Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO), pensado de forma a integrar de diversos setores do governo, muitos com ações já existentes, com foco na agricultura familiar.

3 Metodologia

No tocante aos métodos e às técnicas de pesquisas, estão sendo considerados os seguintes eixos: 1) PAA/PNAE (no Brasil) e PAPAGRO (em Angola) como políticas públicas de SSAN: perspectivas e limites das compras institucionais como foco para: 1.1 A produção e o abastecimento através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA (no Brasil) e o Programa de Aquisição dos Produtos do Agricultor/PAPAGRO (em Angola); 1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE redefinindo valores em torno da alimentação: real no Brasil, possível em Angola?; 1.3 Relação produtores e consumidores de Alimentos: do distanciamento silencioso e dominante à conexão ruidosa e emergente.; 2) Alimentos Agroecológicos nas compras institucionais: Estratégias para se Alcançar a SSAN?

Tem-se privilegiado uma abordagem analítica – como sugere Ploeg (2006) – que eleva e, fundamentalmente, reconhece o papel dos atores nos processos de mudança social, especialmente, no que diz respeito às relações sociais de trabalho e produção e de que modo os atores reagem e interagem, criando interfaces e articulações.

A pesquisa de campo propriamente dita consiste na coleta de dados mediante técnicas qualitativas (entrevistas, observação participante, grupo focal) e quantitativas (questionários estruturados, utilização de escalas de referência, software estatísticos) de forma a permitir as análises. Convém destacar que a escolha dos casos – inseridos nos eixos propostos – não pretende representar a totalidade, nem tampouco generalizar a situação nos países, mas, sim elucidar as diversas experiências (com base nos seus limites e perspectivas) e, desse modo intercambiar práticas e saberes que possam auxiliar na execução das ações – políticas e programas, como o PAA/PNAE e o PAPAGRO e/ou semelhantes – nos dois países (BEZERRA; KATIAVALA, 2013).

Sobre as análises comportarem um enfoque comparativo, é essencial chamar a atenção para a necessidade de considerar as particularidades das diferentes realidades a serem pesquisadas. Isto é, não se pode desconsiderar os fatos históricos, culturais, geográficos e políticos presentes que, evidentemente, dificultará qualquer tentativa de generalização. Um item fundamental que diz respeito ao aspecto central da análise comparativa e interpretativa é que as análises confrontem os dados empírico-descritivos tomando como referência as ações, as políticas e os programas de SSAN sem, no entanto, desconectar o papel dos atores inseridos no processo (BEZERRA; KATIAVALA, 2013).

4 Resultados e discussão

Como dados concretos que possuem a capacidade de viabilizar processos de integração e troca entre as equipes brasileiras e angolana dispomos, até o momento, de diferentes etapas que sinalizam a construção coletiva que define, em essência, o projeto em questão.

Uma primeira etapa que culminou em vários encontros foi a definição de uma identidade visual. Para esta atividade em si, contamos com a colaboração do acadêmico de Design/UTFPr Dierre Pichorz que juntamente com a acadêmica de Nutrição Natasha Franke/UFPR atribuiram simbolismos para a parceria entre Brasil e Angola, mediante a produção e consumo de alimentos que constituem a base alimentação dos diferentes povos (Figura 1).

As possibilidades de diferentes identidades visuais foram motivos para que a equipe pudesse compartilhar distintos momentos de aprendizagem coletiva. Nestes momentos, muito se debateu sobre práticas alimentares, modelo de produção e consumo de alimentos, sustentabilidade, protagonismo dos atores - famílias agricultoras e campesinas - sempre relacionando as distintas realidades de Brasil e Angola. Ao definir a imagem, os autores lhes atribuíram o seguinte significado.



Figura 1. Identidade visual, logomarca e logotipo para o projeto BRASSAN.

Fonte: Os autores.

"A identidade visual, a logomarca e o logotipo desenvolvidos para o BRASSAN levam em consideração, antes de tudo, a essência do próprio trabalho realizado no projeto. A marca parte de uma interpretação da mandala, objeto simbólico que faz menção ao compartilhamento de energia e revezamento de responsabilidades em processos onde a participação de seus membros é interdependente. Ambas são características primeiras do consumo consciente e da produção sustentável de alimentos. Em seguida, ocorre a aproximação da imagem com a gota d'água, simbolizando fluxo e vida, organizando seu movimento de modo a representar o "b", inicial de BRASSAN. As cores foram escolhidas observando-se as bases alimentares passíveis de compartilhamento entre Brasil e Angola, optando-se pelas sementes por sua simbologia implícita de início, partida, começo. Dentro deste contexto, optou-se pelo milho, arroz e

feijão pela harmonia estética que apresenta a relação de suas cores. O rosto andrógeno em perfil traz a relação das cores já delimitadas e pretende, tendo em vista a subjetividade a qual permite, ampliar os olhares sobre as questões de gênero, podendo ao sujeito representado serem atribuídas quaisquer características sexuais que queira o observador. As mãos com as quais se relaciona, trazem como reflexão o trabalho e a afeição, e em suas cores a variedade étnica. A tipografia, austera - pelas cores - e ao mesmo tempo maleável e moderna - pelas formas -, visa a harmonia com a marca e reitera a força simbólica da mesma." (Relato de Dierre Pichorz e Natasha Franke).

A realização de pesquisa de campo junto aos agentes de produção da alimentação ofertada nas escolas estaduais no interior do Paraná, para levantamento de informações sobre a produção e comercialização de alimentos por cooperativas e associações da agricultura familiar e campesina segue em andamento.

Ainda que pese termos apenas dados preliminares da pesquisa de campo, alguns achados merecem ser destacados: 1) Alimentos que possuem significativa relevância para o auto-consumo e para comercialização aos mercados institucionais (PAA e PNAE): abóbora, abobrinha, acelga de cabeça, alho, alho cavalo, alho poró, almeirão, almeirão-roxo, ameixa, amendoim, amora, arroz, arruda, bardana, batata doce, batata salsa, beterraba, buva, camomila, caqui, cará, cará-moela, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu (espinhento, branco, "preto" (verde escuro) comprido e "preto" redondo e liso, chuchu abacate), coentro, couve, couve chinesa, couve-flor, erva-cidreira, escarola, espinafre, feijão carioca (vermelho e branco), feijão preto, chumbinho, barriga verde, olho de pomba, moura, hortelã, inhame, laranja, limão, louro, maçã, mandioca (branca, amarela), melissa, mexerica, milho (branco, amarelo, pipoca), morango, mostarda, pepino, pepino de vento, pera, pêssego (amarelo e branco), pimenta, pimentão, ponkan, repolho, salsão / "folha gorda" / "galinha gorda", salsinha, serralha, tanchagem, tangerina, tomate, uva e vagem.

Mesmo considerando esta relativa riqueza de produção, consumo (e comércio para alguns alimentos e/ou produtos), é real a perda da sociobiodiversidade para alguns alimentos, especialmente, grãos: Milho ferrinho (“duro” - semente foi misturada); Milho pururuca (“mole” - era utilizado para fazer fubá); Feijão branco (não produzem mais, “pois os pássaros/lebre comem”); Erva-mate; Mandioca (que antes era utilizada para a produção produzia farinha de mandioca torrada e branca, e também o polvilho).

Do mesmo modo, também está em curso junto à equipe da Coordenação de Alimentação Escolar (CANE) da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SUDE) sobre a compra de alimentos da agricultura familiar, processamento e consumo nas escolas estaduais.

Outra etapa fundamental prevista e, cumprida, foi a realização do **I Seminário BRASSAN**. O tema deste primeiro encontro foi: *Brasil-Angola - O que pode ser compartilhado?*

O I Seminário do Projeto BRASSAN marcou um importante passo para a sua concretização ao reunir os principais integrantes do grupo que abraçaram esta ideia que procuram conexões para o diálogo entre acadêmicos e pesquisadores brasileiros e angolanos envolvidos com o tema da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional tanto no âmbito da pesquisa, como no âmbito da intervenção social. O I Seminário BRASSAN foi realizado entre os dias 06 a 10 de julho de 2015 no Campus do Jardim Botânico. Dentre as atividades, foram programas painéis de exposição de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e de Angola, mesa de debate, rodas de conversas e, por fim, visitas às comunidades rurais na região Centro Sul do Paraná. Contamos com a presença de acadêmicos e acadêmicas de distintas áreas do conhecimento (dos níveis de graduação e pós-graduação), além de agricultores e agricultoras (Figura 2).

Considerando os itens debatidos nos diferentes momentos de partilha, há que ressaltar as experiências e os contextos dos dois países como sendo fatores de extrema importância para o prosseguimento das atividades previstas. No geral, pode-se afirmar que estes foram bastante enriquecedores do ponto de vista da interação entre os integrantes do grupo e do aprofundamento da

compreensão do tema da SSAN. Das apresentações realizadas por representantes dos dois países, há a reter os seguintes elementos resultantes dos debates gerados pelas questões levantadas (BEZERRA; KATIAVALA, 2015).



Figura 2. Equipes do BRASSAN - Brasil e Angola - atividade de encerramento (atividade dirigida aos membros das duas equipes). Crédito: FRANKE, Natasha. Julho de 2015.

Para o Brasil foram considerados os seguintes aspectos:

- ✓ Os mercados institucionais e/ou compras públicas alimentos da agricultura familiar estão no centro do debate na academia;
- ✓ Os mercados institucionais não constituem uma novidade, vêm sendo desenvolvidos já há anos e o Estado constituiu sempre um elemento chave no processo da sua construção;
- ✓ O acesso das mulheres às políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE no Nordeste revela avanços, mas também desafios, em particular no campo da agroecologia;
- ✓ A problemática da definição dos critérios de escolha de quem pode ou não acessar os programas de compras públicas;
- ✓ Sobreposição de políticas e programas;
- ✓ A promoção de sistemas de produção que se assentam na agroecologia implica um processo de transição ecológica e assessoria técnica especializada, que até então, o Estado não tem dado conta;
- ✓ A compreensão da economia da agricultura familiar e camponesa se configura como sendo um campo difícil, mas importante, sendo necessário identificar que categorias

- relevantes devem ser introduzida, para além da análise econômica;
- ✓ A participação social das organizações de agricultores e agricultoras: controle social e democratização do espaço público, não tem tido a suficiente capacidade de comunicar a visão de desenvolvimento centrada na agroecologia e na agricultura familiar e camponesa.

Para Angola, foram levantadas as seguintes questões:

- ✓ O Projeto BRASSAN é uma das iniciativas do Estado brasileiro com preocupação voltada para a cooperação com a África no quadro da cooperação Sul-Sul e assume um significado simbólico, na medida em que o Brasil tem uma enorme dívida com a África;
- ✓ Há um desafio posto que é: como encaixar as realidades angolanas e brasileira nos modelos de desenvolvimento?;
- ✓ O lugar da mulher na agricultura familiar e camponesa, observando-se, em algumas zonas rurais, uma tendência para a feminilização da produção agrícola, decorrente do crescente êxodo rural, caracterizado sobretudo, pela saída dos homens do campo;
- ✓ As dificuldades sobre como lidar com as dificuldades de acesso aos dados oficiais;
- ✓ Dependência do país frente às importações de alimentos;
- ✓ O contexto da criação do PAPAGRO é uma resposta às reivindicações dos agricultores e agricultoras, bem como de organizações de apoio ao desenvolvimento rural, sendo neste momento, que mais possui visibilidade no contexto da política de comercialização em Angola;
- ✓ A perspectiva das políticas públicas sob uma ótica sistêmica, de direitos humanos vai sendo incorporada em função do avanço do processo de democratização do país;
- ✓ O papel da China em Angola: pelo seu peso atual no financiamento do processo de reconstrução, terá influência no modelo de desenvolvimento agrícola (foco nos projetos de produção em larga escala)
- ✓ A questão da terra é crucial. Angola precisa de um processo de reforma agrária? Esta é

uma questão que divide a opinião dos estudiosos e ativistas sociais ligados ao assunto. Todavia, atualmente ocorre um processo de redistribuição da terra em Angola, beneficiando, sobretudo, a elite;

- ✓ Os segmentos populares ligados ao campesinato não têm expressão suficiente no quadro da atuação da sociedade civil em Angola: não se pode falar de uma elite rural em Angola no sentido econômico.

Dando prosseguimento às atividades do I Seminário BRASSAN as equipes foram à campo para o (re)conhecimento do meio rural paranaense. Esta atividade foi intitulada "**Conhecendo experiências brasileiras: Associação ASSIS - agricultores/as agroecologistas**". Foram visitadas as comunidades rurais de região Centro-Sul do Paraná: Irati (Comunidade rural Arroio Grande e Pirapó); Inácio Martins (Comunidade rural Sobradinho); Teixeira Soares (Assentamento São Joaquim) e Fernandes Pinheiro (Comunidade rural Bituva dos Machados). As Rodas de conversas com os agricultores e agricultoras inseridas nas estratégias de compras institucionais tais qual o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE foram enriquecedoras e possibilitaram inúmeros questionamentos considerando, sobretudo, as similitudes e diferenças que abarcam o meio rural brasileiro e angolano.

A Figura 3 traz um exemplo dos elementos utilizados para a realização de uma das místicas preparadas pela comunidade local, para recepção do grupo e início das atividades.



Figura 3. Recepção à equipe BRASSAN Assentamento São Joaquim no município de Teixeira Soares/PR. Julho, 2015. Crédito: FRANKE, Natasha. Julho, 2015.

Sobre as atividades de campo, é importante ressaltar a percepção de um dos pesquisadores angolano.

"O encontro foi para mim um importante elemento de estímulo enquanto agente de desenvolvimento rural e ativista de uma organização da sociedade civil em Angola que tem procurado contribuir para o debate sobre a necessidade do nosso País construir um modelo de desenvolvimento rural que privilegie o fortalecimento da agricultura campesina. Fica o compromisso de prestar o meu contributo para a concretização das atividades do Projeto em Angola, sobretudo, levando em consideração meu papel como professor e pesquisador envolvido no BRASSAN" (Depoimento do Prof. Angolano José Maria Katiavala, 2015).

Para as estudantes que participam do projeto, a oportunidade que lhes está sendo dada se apresenta como sendo imensurável. Para além das possibilidades das inúmeras pesquisas - mediante diferentes abordagens - as atividades de extensão que desenvolve o projeto, lhes possibilitam outros olhares para o mundo que lhes rodeia. As questões que relacionam a produção e o consumo de alimentos ganham novas dimensões para além da técnica, das recomendações nutricionais e/ou dos modelos de dietas. As figuras 4, 5 e 6 foram feitas ainda na ocasião das visitas de campo. Momentos de partilha únicos.



Figura 4. Rodas de conversa com famílias agricultoras na Comunidade Sobradinho no município de Inácio Martins/PR. Crédito: FRANKE, Natasha. Julho, 2015.

As figuras 4, 5 e 6 evidenciam os diferentes momentos de partilhas. Sobre tais momentos, convém referenciar.

"As visitas de campo às comunidades permitiram ter contato com a realidade das famílias agricultoras e campesinas, suas percepções e preocupação em torno das políticas públicas e a sua trajetória enquanto atores sociais, marcada por lutas pela inclusão social e cidadania. Como resultado destas lutas há um maior acesso às políticas públicas, de que é expressão, por exemplo, as pequenas indústrias de processamento e beneficiamento dos produtos agrícolas, iniciativas que se articulam com o Programa de Merenda Escolar. Nestes momentos também se pode perceber a situação de injustiças e desigualdades sociais que tem caracterizado o mundo rural brasileiro" (Depoimento do Prof. Angolano José Maria Katiavala, 2015).



Figura 5. Comunidade Sobradinho no município de Inácio Martins/PR e a equipe BRASSAN. Crédito: FRANKE, Natasha. Julho, 2015.



Figura 6. Rodas de conversa com famílias agricultoras agroecológicas na Comunidade Arroio Grande no município de Irati/PR. Crédito: FRANKE, Natasha. Julho, 2015.

5 Algumas considerações

O projeto BRASSAN segue com suas atividades em curso, com previsão de encerramento em meados de 2016. Até o momento, há resultados publicados mediante apresentações de trabalho (oral e em pôster) em diferentes congressos, seminários, simpósios e jornadas e, também, em sites oficiais, revistas e periódicos que, por sua vez, acabam por nos estimular a seguir adiante com o entusiasmo necessário.

O projeto também vem oportunizando outras práticas de construção do conhecimento que prezam por modelos alternativos à educação formal - aquela que considera apenas a sala de aula como espaço formativo - sobretudo, considerando a partilha de saberes e experiências mediante as oficinas vinculadas ao projeto (extensão universitária), como sendo molas propulsoras necessárias para as transformações, e que somadas farão a diferença necessária. Vale ressaltar que projetos de Iniciação Científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses, também vem sendo desenvolvidos no âmbito do BRASSAN, tanto no Brasil como em Angola, reforçando assim a relevância do projeto para a construção do conhecimento.

Agradecimentos

Aproveitamos para registrar nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas que constituem a equipe do BRASSAN: Claudia Choma Bettega, Rubia C. Formighieri Giordani, Silvia do Amaral Rigon, Sila Mary Rodrigues Ferreira, Suely T. Schimdt, Sergio Schneider, Paulo André Niederle, João Carlos Costa Gomes, Julian Perez-Cassarino, Laeticia Medeiros Jalil, Cátia Grisa, Maria Teresa Gomes O. Ribas (pesquisadores e pesquisadoras); Andréa Vargas, Emellie Cristine Alves, Natália Ferreira de Paula, Priscila Reis Diniz, Soraia Marins de Carvalho, Adriella Camila G. F. da Silveira Furtado, Camila Mudrek, Aline Fernanda de Souza dos Santos, Jessie Hammerschmitt de Lima, Gabriela dos Santos Schneider, Natasha Franke, Veridiane Guimarães Ribas Sirota, Milena Mussoi, Paola Karolyne Jandrey e Monique Ellen (graduandas e pós-graduandas), além dos parceiros Gelson Luiz de Paula e Roberto Carlos dos Santos e parceira Maria Krulikowski e suas famílias, bem

como os demais associados da Assis - Associação dos Grupos de Agricultores Agroecologistas São Francisco de Assis, que nos permitiram (e seguem permitindo) um universo único de partilha de saberes, sabores e comida.

Referências

- ANGOLA. MINISTÉRIO DO COMÉRCIO. **"PAPAGRO"** Arranca em Setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.minco.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=18989>>.
- BEZERRA, I.; KATIAVALA, J. M. **Experiências vividas, construídas e compartilhadas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: o papel das compras públicas no Brasil e em Angola.** Acrônimo: BRASSAN (Brasil e Angola em prol da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO/CNPq. Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq No 82/2013 Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA. Brasília, 2013.
- BEZERRA, I. **Nesta terra, em se plantando, tudo dá?** Política de segurança alimentar e nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 179, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1-2.
- BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: FAO. IICA, 2009a.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 113, 17 jul. 2009b. Seção 1, p. 2-4.
- BRASIL. Câmara Intermisterial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional: 2012/2015.** Brasília: MDS; CONSEA, 2011. 132p.
- FRANKE, N.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. C. R. **A trajetória dos campesos e campesinas nas legislações de Angola.** Trabalho apresentado no IX

Congresso Brasileiro de Agroecologia: Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver, Belém/PA, 2015.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HLPE. **Protección social en favor de la seguridad alimentaria**. Informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial, Roma, 2012.

MALUF, R.S. Alimentação, escola e agricultura familiar. **Boletim do OPPA**, n.26, 2009.

PAA-Africa. Purchase from Africans for Africa. 2013. Disponível em: <<http://paa-africa.org/pt/>>

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SANTOS, G., ZACARIAS, I. **Pesquisa sobre diferendos e conflitos de terras e as formas da sua resolução**. Angola, 2010. Disponível em: <<http://www.adra-angola.org/wp-content/uploads/2014/03/RELAT%C3%93RIO-DA-PESQUISA-S-DIFERENDOS-E-CONFLITOS-DE-TERRAS-E-AS-FORMAS-DA-SUA-RESOLU%C3%87%C3%83O-01.4.2010.pdf>>.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, V. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di Economia Agraria**, v. 65, n.2, p. 225-259, 2010.